

Líderes da Constituinte examinam anistia para microempresas

Da Sucursal de Brasília

As lideranças do governo e do PFL no Congresso se reúnem hoje para examinar as propostas de solução consensual sobre as dívidas dos microempresários e pequenos e médios produtores rurais. As propostas, surgidas a partir das reuniões de anteontem entre parlamentares e o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, visam encontrar uma solução aceitável tanto por parte do setor empresarial quanto do setor bancário. A Folha apurou no Ministério da Fazenda que a solução deverá caber aos parlamentares. A comissão de técnicos, a ser nomeada pelo ministro Mailson, se incumbirá apenas de esclarecer aos deputados e senadores sobre de que maneira o ministério chegou ao total de desembolso por parte do Tesouro Nacional como consequência da anistia das dívidas.

Segundo o líder do PFL no Senado, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), o dia de ontem foi dedicado à elaboração das novas propostas, que devem ser apresentadas para debate nas reuniões de

hoje. Entre elas, estão as do deputado e líder do PFL na Câmara (deputado José Lourenço PFL-BA), do deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG) e dele próprio. A do deputado José Lourenço prevê a fusão das emendas Mansueto de Labor e Humberto Souto (anistia das dívidas dos microempresários e pequenos e médios produtores rurais), limitando o desembolso do Tesouro Nacional em Cz\$ 180 bilhões.

Já a proposta do deputado Paulinelli congela o montante do principal, dos juros e da correção monetária das dívidas em valores de hoje, prevendo seu pagamento daqui a um ano. Gadelha, por sua vez, propõe o pagamento imediato do principal e dos juros das dívidas e o congelamento por um ou dois anos da correção monetária. O senador ainda não definiu o prazo do congelamento nem a forma de pagamento (se de uma só vez ou em parcelas), afirmando que serão objeto de negociação. Ele deve definir tais pontos hoje para que sejam apresentados, já sob a forma de projeto de lei, nas reuniões com as lideranças e os autores das emendas.

Mesmo reconhecendo que o montante da correção monetária é "muito maior" que a soma do principal e dos juros das dívidas, Gadelha afirma que sua proposta encontrou receptividade entre parlamentares e "surpreendentemente" entre banqueiros e empresários. Ele argumenta que sua proposta apresenta duas vantagens: a liquidação imediata de uma parte da dívida e a preservação "essencial" da praxe bancária. Ou seja, fica preservado o compromisso de pagamento das dívidas com uma espécie de "reaportamento" com os credores. Ele ressalta ainda que restará uma parte da correção monetária que será paga e, quanto menor a inflação, maior será esta parcela. A aceitação de sua proposta depende, segundo ele, de sua exposição para o debate e do cálculo dos custos e prejuízos que ela representará.

Gadelha reafirmou que o governo só encampará uma das propostas se ela for consensual. "O governo não quer ser fiel da balança a favor de uma das partes. Ele já vai pagar a conta e não pode também arcar com o ônus de impopularidade.

Lula Marques - 17.mai.88



Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado, participa de mais reuniões hoje

Benefício deve atingir só as empresas viáveis

Da Sucursal de Brasília

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse ontem que o governo deverá concentrar esforços nas microempresas viáveis. Em relação às outras "não há o que fazer", afirmou ao condenar a anistia à correção monetária das dívidas contraídas pelos microempresários durante o Plano Cruzado, proposta pelo senador Mansueto de Labor (PMDB-PE). "Sempre que partimos para a utopia a conta recai sobre o povo", disse.

Costa Couto afirmou que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, encomendou estudos visando a simplificação das declarações do Imposto de Renda e negou que o governo pretenda aumentar a carga tributária. Ele disse também que os ministros da Fazenda e do Planejamento deverão entregar em breve a conclusão sobre as Zonas de Processamento de Exportações.

Federação faz lobby no Congresso

Da Sucursal de Brasília

A Federação Nacional das Associações Comerciais promove uma reunião hoje, em Brasília, para montar uma "grande corrente mobilizadora" de micros, pequenos e médios empresários, a fim de pressionar os constituintes a aprovarem a emenda Mansueto de Labor, que prevê a anistia da correção monetária de dívidas bancárias contraídas durante o Plano Cruzado. Entre as entidades que devem participar da

reunião está também a Federação dos Produtores Rurais.

Além da confecção de cartazes, faixas e o envio de cartas aos parlamentares, os organizadores planejam levar uma caravana de cerca de quatro mil microempresários e produtores rurais para Brasília no dia da votação da emenda. A mobilização prevista é definida pelos organizadores como "um lobby mais formidável que aquele realizado pela UDR quando da votação da reforma agrária".

O presidente do Centro Brasileiro

de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), Paulo Lustosa, entregou ontem uma "proposta de conciliação" ao senador Mansueto de Labor sobre a dívida dos pequenos empresários. Nela, Lustosa propõe a liquidação do saldo do principal e os juros das dívidas em prazo máximo de 90 dias após a promulgação da nova Constituição. A correção monetária aplicada sobre o saldo devedor até o dia em que aderiu ao programa de renegociação da dívida será congelada e parcelada em 12 prestações iguais.